

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - ATA DA 37ª REUNIÃO**

Local: Salas 1 e 2 da CNI, SBN Q 1, Ed. CNI, 15º andar Brasília/DF

Data: 10 de setembro de 2004.

Início: 09h50

Término: 17h15

**PARTICIPANTES CTPOAR:**

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto A. Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Marco Antônio Félix (marcofelix@ana.gov.br)

Ministério dos Transportes: Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br)

Ministério das Cidades: João Carlos Machado (joaocarlos.machado@cidades.gov.br)

Ministério da Integração Nacional: (ausência)

Ministério das Minas e Energia: Carlos R. da Costa (carlosrodrigues@dnpm.gov.br)

Ministério da Saúde: Girlene Rodrigues Leite (girlene.leite@funasa.gov.br)

Conselhos Estaduais MG/ES: (ausência)

Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)

Conselhos Estaduais PR/MT: (ausência)

Conselhos Estaduais CE/BA: Altamirano Vaz L. Neto (alordelo@srh.ba.gov.br)

Conselhos Estaduais RN/AL: Vera Lúcia Lopes de Castro (veracastro@rn.gov.br)

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Leane Chamma Barbar Przybysb (leanep@sanepar.com.br)

Portuários e Hidroviários: Flávio Junqueira Vale (flavio@cnt.org.br)

Indústria: César Augusto P. Grandchamp (cpg@mbr.com.br)

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Augusto de Araújo Almeida Netto (augusto@meiaponte.org)

**PARTICIPANTES CTAS:**

Ministério da Ciência e Tecnologia: Elzivir Azevedo Guerra (egueria@mct.gov.br)

Ministério do Meio Ambiente – SRH: (ausência)

Ministério da Saúde: Girlene Rodrigues Leite (girlene.leite@funasa.gov.br)

Ministério de Minas e Energia: Emanuel Teixeira de Queiroz (emanuel@dnpm.gov.br)

Ministério do Meio Ambiente ANA: Fernando Roberto de Oliveira (fernando@ana.gov.br)

Ministério da Defesa: José de Souza Leal Neto (jslealneto@hotmail.com)

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento: Luiz Novais de Almeida (luizalmeida@agricultura.gov.br)

Conselhos Estaduais MG/ES: (ausência)

Conselhos Estaduais GO/DF: Luiz Antonio Barbosa (luizgeo@ig.com.br)

Conselhos Estaduais RN/AL: Carlos Alberto Martins (cmartins@rn.gov.br)

Conselhos Estaduais PR/MT: (ausência)

Conselhos Estaduais SP/RJ: Elcio Linhares Silveira (elciols@daee.sp.gov.br)

Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: João Carlos Simanke de Souza (jsimanke@sabesp.com.br) (jsimanke@terra.com.br)

Indústria: César Augusto Paulino Grandchamps (cpg@mbr.com.br)

Pescadores e Usuários da Água para o Lazer e Turismo: Jackson Araújo Reis (jackson@ctaq.com.br)

Comitês, Consórcios e Associação Intermunicipal de Bacias Hidrográficas: Osmar José Gualdi (comite@recursoshidricos.sp.gov.br)

Organizações não Governamentais: (ausência)

**CONVIDADOS:**

José Cupertino Tenório Netto – ABINAM (jc.tenorio@uol.com.br)

Dário Moraes de Almeida – DNPM/SC – (dario.almeida@dnpm.gov.br)

Leonardo Mitre Alvim de Castro – ANA – (mitre@ana.gov.br)

Maria de Lourdes Pereira dos Santos – CVRD – (maria.lourdes.santos@cverd.com.br)  
Dorothy C. P. Casarini – CETESB – (dorothy@cetesb.sp.gov.br)  
Adalberto Sahagoff – IBAMA/SEDE/DILIQ – (adalberto.barbosa@ibama.gov.br)  
Célia Regina Buono Palis Poeta – SMA/SP – (celiap@cetesb.sp.gov.br)  
Rubens Pereira Brito – NATURATINS/TO – (rubens@naturatins.to.gov.br)  
Leider Alves de Oliveira – SEMARH/DF – (leideroliveira@yahoo.com.br)  
Patrícia H. G. Bóson – IBRAM – (tita@net.em.com.br)  
Alexandre Trajano de Arruda – DNPM/DF – (alexandre@dnpm.gov.br)

**RELATORIA CTPOAR:**

Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

**RELATORIA CTAS:**

Sebastião Domingos de Oliveira (sebastiao.oliveira@mma.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às 09h50 do dia 10 de setembro do ano de dois mil e quatro, sob a presidência do Sr. João Carlos Simanke de Souza (Presidente da CTAS) e da Sra. Leila de Carvalho Gomes (Presidente da CTPOAR), procedeu-se à abertura da 38ª Reunião da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS e da 37ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. Estas Câmaras se reuniram conjuntamente durante o período matutino do dia 10/09/2004. O Presidente da CTAS agradeceu a presença de todos, deu as boas vindas e passou a palavra para a Presidente da CTPOAR, que também agradeceu a presença e informou que no período vespertino as Câmaras estariam se reunindo separadamente, encaminhando-se então para o item II da pauta. **Item II** (manhã) – Aprovação da Ata da 37ª Reunião da CTAS e da 36ª Reunião da CTPOAR – período matutino. A ata (período matutino) foi aprovada com modificações. **Item III** (manhã) - Continuação da avaliação das interfaces entre os processos administrativos, institucionais e legais relativos à gestão das águas minerais, termais, e potáveis de mesa e os instrumentos de gestão do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, com vistas à construção de procedimentos de integração, conjuntamente com a apreciação da proposta de resolução que trata de ações de integração entre a pesquisa e lavra de águas minerais, termais, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários e a gestão de recursos hídricos, encaminhada pela CNI. Dando prosseguimento à reunião o Sr. Simanke solicitou que fosse projetada a proposta de resolução encaminhada pela CNI para que se iniciassem as discussões, com comentários daqueles que já tivessem apreciado o documento. Confirmou o recebimento, pelos membros, da proposta disponibilizada por e-mail e solicitou que fossem feitas inscrições para o uso da palavra. Assim, foi franqueada a palavra a Sra. Patrícia Boson (Indústrias) que apresentou a proposta encaminhada pela CNI. Disse que a proposta teve como base a questão constitucional. Observou a necessidade de aperfeiçoamento do texto da proposta, apoiado na situação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e do princípio do uso múltiplo, o que talvez não esteja explicitado, havendo, porém a necessidade disto estar evidenciado e claro, além da necessidade de maior integração dos setores, Recursos Hídricos e Água Mineral. Comentou que na proposta da Câmara Técnica o contexto estava mais relacionado com outorga de direito de uso de recursos hídricos, mas que o sistema de gerenciamento não seria somente a outorga e por isso, aquela proposta era deficiente. A Sra. Dorothy (CETESB) disse ter tido a oportunidade de discutir com o advogado da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, Dr. Van Acker, que entendeu a proposta da CNI como de “mão única”, estando no sentido do setor mineral, sugerindo que a mesma precisava refletir as necessidades do gerenciamento dos dois setores, mineral e de recursos hídricos. Ponderou que a proposta apresentava situações de inconstitucionalidade, colocando a gestão de água subterrânea sob domínio da União e priorizando o recurso hídrico (subterrâneo) para água mineral e não para abastecimento público, conforme a Constituição. Exemplificou a situação de “mão única” citando o §2º do art. 3º da referida proposta. Sugeriu que caso os pontos polêmicos apresentados não

fossem compatibilizados, que fossem levados para a CTIL com objetivo de integração e posicionamento definitivo, importante para as partes envolvidas. A Sra. Leila disse não ser possível fazer gerenciamento de recursos hídricos, priorizando água mineral como um princípio geral, já que não existe a intenção de se fazer gerenciamento sem entender e respeitar os planos de bacia que são responsáveis pela definição de prioridades de uso, além da integração necessária entre a água subterrânea e água mineral. Ratificou que a proposta da CNI prioriza a água mineral, isso talvez por ter sido elaborada de forma rápida. Buscando um encaminhamento, ponderou as seguintes situações: 1) discutir artigo por artigo procurando a “mão dupla” ou 2) encaminhar a CTIL para que ela defina os impasses jurídicos, caso continue a proposta com característica de sentido único ou 3) trabalhar em nova proposta que busque o consenso das partes. Comentou estar faltando uma Política Nacional de Mineração, bem como um Plano Nacional de Mineração, o que possibilitaria ao setor informar para o país e para as outras áreas as suas intenções, de forma mapeada e quantificada, propiciando uma discussão técnica e objetiva, possibilitando a integração com as áreas de Recursos Hídricos e Meio Ambiente. A Sra. Patrícia Boson disse que houve falhas na questão da proposta, haja vista o art. 5º que deveria ser corrigido. Ponderou sobre a inconstitucionalidade referente a água subterrânea estar como de domínio da União, o que não foi percebido pelos técnicos que a elaboraram, assim necessitando ser analisada no texto. Justificou que a inconstitucionalidade se deu porque a questão das águas minerais precisaria ser pensada no contexto da geopolítica e do planejamento estratégico do país. Relembrou a palestra do Sr. Lancia, onde ele apresentou a água mineral como riqueza até pelo aspecto medicinal, necessitando assim ser preservada. Já no contexto da priorização do abastecimento de água, como no caso da Bahia, onde não há outra água, a água mineral seria utilizada. Afirmou que usar o bem mineral, dotado de características específicas, não renovável, para outra atividade econômica que não considera essas características, seria desperdiçar água em detrimento de uma atividade econômica que a preserva, e que deveria haver uma forma de colocar isto no texto e ponderou que isso não poderia ser admitido por preservadores e defensores do desenvolvimento sustentável, como nós. Disse que a intenção da proposta da CNI é de preservar a água mineral, assim privilegiando-a. Comentou sobre as grandes empresas que dominam o mercado mundial e o empresariado nacional que não possui apoio governamental, questionou se isso, a gestão integrada, vai assegurar o empreendedor a se manter num mercado cruel, onde pode-se utilizar este bem em atividade de menor valor agregado. Lembrou da solicitação ocorrida no seminário referente à regulamentação do setor e concluiu afirmando que o empresariado necessita de regras claras. O Sr. Altamirano disse ser necessário utilizar o recurso mineral e os recursos hídricos de forma harmoniosa, considerando que não se pode fazer uma reserva para a água mineral, que seria hipotética e deixar de utilizá-la no semi-árido, para outros fins. Lembrou que devido às condições da região não existe uso com desperdício, considerando a necessidade de eficiência e retorno. Comentou não ser possível garantir a exploração da água mineral, em quantidade e qualidade, como também não poderia fazer o gerenciamento de recursos hídricos devido à ausência de informações/planejamento sobre a localização da água mineral e de parâmetros de limites de utilização. Referendou a necessidade de se explorar e comercializar a água mineral, mas considerando um planejamento, sendo este um instrumento facilitador da gestão da água mineral. Lembrou que não existe uma legislação que determine a preservação específica para qualquer uso. Finalizou comentando sobre a necessidade de se discutir e afinar idéias referentes à exploração e mapeamento dos aquíferos e afirmou que não aceita a idéia de que se deve utilizar água mineral até o esgotamento. O Sr. Marcelo Taylor (Indústrias) disse serem bastante pertinentes as colocações da Sra. Dorothy; que se observa a necessidade da troca de informações entre os órgãos gestores de recursos hídricos e do DNPM; que o objetivo seria melhorar a proposta da CNI; que a dúvida da inconstitucionalidade deve ser discutida; que não caberia a dois órgãos distintos a gestão do mesmo objeto; que deveriam ser inseridos na proposta os comitês de bacia e os instrumentos de gestão. Observou a necessidade de se obter uma opinião da CTIL sobre o assunto, que não seria palavra final, mas serviria de orientação. O Sr. Simanke observou que a declaração do Sr. Marcelo durante o seminário foi bastante

172 clara e que precisaria ser desatado esse nó, por isso tomou a liberdade de elaborar uma  
173 minuta de ofício de encaminhamento do assunto para a CTIL, já que afinal é de  
174 responsabilidade daquela CT tentar esclarecer conflitos, tentando contemplar todas as  
175 demandas. Lembrou que o texto foi redigido apenas como contribuição. Relembrou que  
176 se percebeu nas palestras dos juristas, a existência de alguns pontos antagônicos.  
177 Solicitou que a proposta de ofício fosse projetada para que todos lessem. Disse que o  
178 formato que se deu foi no sentido de contemplar as partes envolvidas, e que teria ficado  
179 clara a existência de uma pendência legal. Após a leitura da proposta de ofício o Sr.  
180 Marcelo Taylor questionou o encaminhamento à CONJUR/MMA, citado no texto,  
181 entendendo que a avaliação deveria ser exclusiva da CTIL, por ser um fórum aberto de  
182 discussões. Caso contrário, o texto deveria ser enviado também à CONJUR/MME ou ao  
183 DNPM. O Sr. José Cupertino (ABINAM) disse existir uma prioridade de uso da água  
184 mineral que está na Carta Magna, onde se apresenta sua exploração como concessão. O  
185 Sr. Emanuel (DNPM/MME) disse que existem pontos de conflitos e que as discussões vão  
186 e voltam e ficam no mesmo ponto. Disse concordar com o art. 3º da proposta de  
187 resolução da CNI e não ser contra esse tipo de integração, troca de informações,  
188 conforme apresentado no art. 5º, mas que necessita de uma nova redação. Apresentou  
189 sua preocupação quando as duas presidências decidem que o assunto deve ser  
190 encaminhado a uma consulta a CTIL, que estaria analisando sob a ótica do recurso  
191 hídrico e não sob a ótica do bem mineral. Sua preocupação estaria no ponto de vista  
192 legal, já que existem legislações específicas e posições divergentes. Disse que gostaria  
193 de desenvolver uma resolução na linha da integração, respeitadas as competências.  
194 Disse estar contra a água mineral se sujeitar a outorga de direito de uso de recursos  
195 hídricos por considerar que já existe um ato no DNPM equivalente, caso contrário o  
196 assunto deveria ser discutido no Congresso Nacional, por ser a verdadeira casa para  
197 discutir essa questão, e que na CT deveria ser discutido o princípio da integração,  
198 respeitando as legislações específicas. A Sra. Patrícia Boson apresentou alguns  
199 questionamentos, sendo: não seria o empreendedor o responsável pela integração e que  
200 o mesmo não poderia ser penalizado; o encaminhamento somente para jurídica do MMA  
201 e não a do MME, não poderia ser conclusivo e mesmo assim deveria ser considerada a  
202 manifestação do Supremo Tribunal Federal. Em relação à proposta do ofício, disse não se  
203 sentir confortável em encaminhar para outra CT resolver o problema. Disse ser possível  
204 uma discussão mais intensa sobre a proposta da CNI. Questionou a plenária se existia  
205 alguém que verdadeiramente acreditava que a integração só ocorreria se houvessem  
206 duas outorgas, no que ela particularmente não acredita. Comentou da necessidade de  
207 um esforço no sentido de colocar a agenda ambiental e de recursos hídricos nas políticas  
208 públicas. Também questionou os membros considerando a capacidade de se fazer a  
209 integração e não somente (esfera jurídica) acatar o que a CTIL apresentar como  
210 resposta. Lembrou que no mundo inteiro a água mineral possui legislação específica,  
211 tratada com um bem precioso, e que com essa característica somadas às riquezas do  
212 seminário ficaria frustrada em não discutir profundamente o assunto. A Sra. Dorothy  
213 questionou se anexo ao ofício a ser encaminhado a CTIL estariam as minutas de  
214 resolução. Ponderou o questionamento existente no ofício relacionado à outorga, afinal  
215 considera que a dúvida esteja na compatibilização legal. Disse considerar como  
216 instrumentos administrativos a concessão de lavra, no âmbito dos recursos minerais e a  
217 outorga, no âmbito dos recursos hídricos. Considerando as frustrações apresentadas,  
218 disse acreditar serem anteriores ao seminário, principalmente devido ao esvaziamento  
219 ocorrido no GT e na CT, o que ocasionou baixa produtividade. Apoiou o encaminhamento  
220 do Ofício, com complementação no parágrafo que explicita o encaminhamento para o  
221 MMA, devendo ser também para o MME. Concluiu dizendo que existe um objetivo nobre  
222 que seria a integração dos procedimentos técnicos, mas que estaria esbarrando na  
223 limitação do instrumento administrativo que seria a figura da outorga. O Sr. Roberto  
224 (SRH/MMA) fez uma reflexão discordando das colocações apresentadas pela Sra. Patrícia,  
225 dizendo que a integração se faz pelo conhecimento, reconhecimento e respeito aos  
226 instrumentos utilizados; que os atos deveriam ser separados, mas seria necessária a  
227 integração das análises técnicas; que os atos, até o licenciamento ambiental,  
228 resultassem em documentos plenamente compatibilizados; que durante as análises,

mesmo que as informações sejam as mesmas, os enfoques não seriam os mesmos, mas se faria necessário o diálogo; que não deveria haver preocupação com mais um instrumento, mas sim com a articulação dos mesmos, para evitar-se mais burocracia. A Sra. Vera (CERH/CE) disse ter entendido o questionamento da Sra. Patrícia e como contribuição lembrou a todos que por detrás de um ato ou análise existe trabalho, banco de dados, cadastro, equipe de mobilização que trabalha o entendimento do usuário, equipe de monitoramento, pois a outorga sem monitoramento se torna frágil além de equipe de fiscalização. Disse que a outorga seria um bom instrumento de gestão principalmente para o empreendedor. Quanto à frustração apoiou a Sra. Dorothy. Finalizando sugeriu que se paralisasse a análise do assunto e se conhecesse a forma em que os Estados vêm trabalhando, para diminuir o temor à outorga. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) disse entender estar sendo realizada dúvida interpretação da Lei; que a integração seria um desejo de todos, mas o bom senso deveria prevalecer e questionou como seria a integração sem consenso, assim sugeriu uma inversão de visão, sob a ótica de quem caberia a decisão em caso de conflito entre o uso da água subterrânea para quaisquer outros fins e o uso da água como água mineral. O que foi também colocado pelo Sr. Elcio (CERH/SP). O Sr. José Cupertino solicitou que também fosse encaminhado o ofício ao MME e finalizou dizendo que falta integração de procedimentos administrativos e que não haveria necessidade de mais uma outorga e sugeriu que se alcançasse um consenso antes de encaminhar a CTIL. O Sr. Adalberto (IBAMA) disse que no âmbito do licenciamento ambiental existe a necessidade da integração da outorga e da lavra, necessária para os seus procedimentos. O Sr. José Leal (MD) comentou que os problemas seriam as interfaces existentes entre os recursos hídricos e os recursos minerais, que precisam ser trabalhadas. Disse ser o recurso mineral tão importante que possui uma política própria e que a outorga seria uma proteção para o empreendedor. Questionou sobre até que ponto as partes estariam prontas a ceder para alcançar um equilíbrio e quando a água passa ser mineral e se ela pode virar água normal. A Sra. Patrícia disse que a sensação que se tem quando se coloca a outorga seria de que se um empresário pedir a outorga no DNPM e no órgão gestor de recursos hídricos, a integração estaria feita e que o empreendedor ir aos balcões não integra o processo; que a integração se faria com os outros instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, o que teria sido inserido na proposta da CNI, mas que necessita de aperfeiçoamento. Comentou que por saber que a lavra requer estudos e a outorga também, é que a proposta da CNI contempla a troca de informações, conforme demonstrado no art. 6º onde os incisos estariam em aberto para discussão quanto às informações e o momento a serem disponibilizadas. Disse ter dúvida na necessidade das duas outorgas, uma vez que se trata do mesmo bem, vazão. Questionou se haveria um prejuízo econômico pelo fato de ser somente a lavra, sendo que seria um produto diferenciado no mercado porque foi o DNPM que deu a outorga de lavra. Finalizando disse que a proposta da CNI só acompanharia o ofício se fosse uma proposta da CT, pois a CNI participa de CT buscando um consenso baseado em argumentos e defesa dos interesses. O Sr. Simanke lembrou que o impasse ocorre há quase dois anos por conta dos interesses difusos. Assim, na tentativa de encaminhar o assunto, questionou a plenária sugerindo: 1) trabalhar nas minutas de resolução existente ou 2) encaminhar ofício, com modificações, afinal estaria evidente a legitimidade da outorga ou se prevalecesse uma sobre a outra. Disse que a impressão seria que não haveria dúvida entre os técnicos que a água mineral seria recurso hídrico, mas que para ela alcançar a mineralização não teria como não ser considerada recurso hídrico. A Sra. Maria de Lourdes comentou estar havendo uma certa confusão no uso da palavra outorga, sendo uma um instrumento de comando e controle e a outra a concessão de lavra. Lembrou que os atos não são comparáveis. A Sra. Leila disse que a partir dos comentários anteriores no seu entendimento, reforçam a necessidade de esclarecimentos no fórum legal sobre a questão de outorga, e também justificado pelos dois anos de discussões que não alcançaram uma conclusão sobre a forma de manifestação dessa integração. Questionou a forma que o setor de recursos hídricos irá se manifestar, considerando que o setor indústria não aceita o termo outorga, o que dificultará a manifestação, na prática. Comentou que a questão jurídica teria que ficar clara para facilitar a elaboração da forma da integração; para tanto, ratificou a

sugestão de encaminhamento de ofício à CTIL, com as correções que forem necessárias e, após a avaliação da CTIL, que se retorne à discussão. Ponderou: caso a CTIL informasse que a área de recurso hídrico não possa se manifestar através da outorga, então estariam buscando um outro termo jurídico, para um ato administrativo com o mesmo fim? Comentou sobre uma situação. Já ocorrida e, um Estado da Federação onde a Justiça, se manifestou considerando a necessidade de outorga de recurso hídrico para água mineral. O Sr. Marco Antônio (MMA/ANA) disse ficar incomodado em enviar o assunto a CTIL, considerando que o tema não foi discutido em separado pela CTPOAR. Sugeriu que se o documento fosse enviado à CTIL que o mesmo fosse encaminhado não à CONJUR do MMA e sim à AGU, assim abrangendo as partes envolvidas, não ocorrendo diferença de decisão jurídica. O Sr. Simanke rememorou que o GT CTPOAR/CTAS foi coordenado pelo DNPM, que a devolveu à CTAS devido aos impasses; que o tempo todo o grupo foi aberto às duas câmaras e que CTPOAR foi responsável pela criação do GT junto com a CTAS. Disse que este assunto, que parece tão simples e que todos desejavam que culminasse na Resolução, motivou o Presidente Fernando Henrique Cardoso a baixar um Decreto, criando um grupo para a discussão desse assunto, grupo esse que nunca se reuniu. A Sra. Dorothy lembrou que as reuniões do GT ocorriam entre as reuniões das Câmaras Técnicas para possibilitar a participação dos membros dessas CTs. O Sr. Marco Antônio esclareceu que o GT criado pelo Presidente FHC não foi implantado porque houve uma determinação presidencial, através da subsecretaria da ação governamental, para que se aguardasse o momento adequado dessa implantação. O Sr. Marcelo comentou que todas as posições possuem bons argumentos, mas que o entendimento da CNI permanecia o mesmo, ou seja, apoiado na questão de comunicação interna e que as questões de inconstitucionalidade deveriam ser definidas pelo Supremo Tribunal Federal ou pela Câmara e Senado em sessões conjuntas. Considerando o encaminhamento do ofício sugeriu que a consulta deveria ser encaminhada a AGU, esfera adequada para o posicionamento do governo, ou seja, uma posição comum, ou encaminhar as CONJURs dos Ministérios envolvidos, mas buscando posicionamento de governo e sem o apensamento das minutas de resolução. Disse que a ANA não fez o seu posicionamento, mas os Ministérios envolvidos se manifestaram durante o seminário, claramente. O Sr. Roberto disse da necessidade de integração da gestão. Comentou que o problema jurídico é fictício e ratificou que a integração se daria pelo respeito aos dois sistemas. Lembrou que a água como alimento seria regulada pela ANVISA, que a água como recurso hídrico teria como instrumento de gestão a outorga, a água como bem mineral teria como instrumento a concessão de lavra e a água como recurso ambiental, teria como instrumento o licenciamento ambiental. Assim cada sistema possui o seu instrumento de controle e que o “nome da rosa” não interessa. Comentou que não se deve adotar a política de exclusão, afinal todos os instrumentos são iguais dentro de seus focos. Lembrou que MG está tentando trabalhar com um instrumento único, excluindo a parte de fomento. Ratificou a importância de que o processo ocorra de forma articulada e concatenada, não importando o quantitativo de instrumentos administrativos. Finalizando comentou sobre a necessidade do minerador em ter clareza nas regras, em todas essas instituições inclusive com o comércio do bem mineral para que o mesmo tenha competitividade no mercado e que a outorga seja uma vazão dentro da bacia, ou seja, quantidade reservada. O Sr. Altamirano (CERH/BA) informou que até o momento, ou seja, há dez anos, não foi apresentado nenhum conflito, considerando a emissão já existente da outorga para água mineral no estado da Bahia. Comentou que no Estado do Rio Grande do Norte, também é dada outorga para água mineral. Disse que após a sua apresentação no seminário o representante do DNPM o procurou para solicitar informações, e destacou que a principal pergunta realizada foi em relação ao banco de dados e a fiscalização dessas águas, e que não foram destacados os procedimentos internos, mapeamentos, planejamento, o que facilitaria o gerenciamento. Ponderou que o que está sendo discutido seria um tipo de conflito que quem já outorgou ainda não observou, nem entende. Informou que ainda está aguardando a visita do DNPM. Assim sugeriu um seminário sobre gerenciamento de águas minerais envolvendo os órgãos gestores de recursos hídricos e o DNPM. Lembrou que existem estados que não instituíram a outorga, mas podem possuir dados de exploração de água mineral,

podendo assim passar informações sobre qualidade que poderia comprometer alguma lavra dada pelo DNPM. Foi informado a todos os membros que em reuniões anteriores da CTAS os procedimentos foram discutidos exaustivamente. O Sr. Fernando (MMA/ANA) reforçou que enviar as duas propostas de resolução seria demonstrar a fraqueza em gerenciar os próprios problemas. Apoiou o posicionamento do Sr. Marco Antônio em relação ao encaminhamento do ofício à CTIL. Comentou que o instrumento administrativo tem que possuir força, mas que talvez uma anuência do Estado fosse suficiente, apesar de não ter a força de uma outorga. Lembrou que estudos bem feitos não levam a exaustão de uma fonte de água. A Sra. Patrícia disse não estar havendo confusão da outorga de direito de uso de recursos hídricos com a outorga de lavra que privilegia um bem mineral em detrimento do uso múltiplo da água e que esta possui um caráter estratégico com ênfase no aspecto econômico. Questionou se não seria possível a integração, considerando que parece existir desconfiança das ações dos órgãos. Concluiu dizendo não ser possível dois olhares sobre o mesmo bem, devendo ser estratégico ou de uso múltiplo. A Sra. Leila comentou que na existência de conflito somente o diálogo não seria suficiente; que o papel da gestão seria de conciliar todos os usuários e o desenvolvimento do país; que quando o setor possui uma política ele consegue expor com mais propriedade e com menor temor. Questionou, se a integração existe, por exemplo, do setor de Recursos Hídricos, com o setor de energia elétrica, por que não existir para a água mineral com Recursos Hídricos? O Sr. Simanke sugeriu que fossem enviadas sugestões para a minuta de ofício para a próxima reunião da CTAS, contudo o Sr. Elcio solicitou que a revisão do texto fosse realizada nesse momento, e encaminhada para a CTIL, o que foi acatado pela plenária, ficando para o período da tarde a conclusão do texto, onde deveria ser inserido o encaminhamento para as CONJURs dos Ministérios envolvidos, considerando que essas Consultorias Jurídicas são ligadas à AGU. Assim encerrou-se a reunião conjunta. Tarde. Às 14h50, sob a presidência da Sra. Leila (Presidente da CTPOAR), foi dada continuidade à 37ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A Presidente reiniciou passando diretamente para o item II. **Item II** – Aprovação da Ata da 37ª reunião (tarde). A ata foi aprovada com modificações. **Item III** – Relato sobre o andamento dos trabalhos do GT Integração dos Procedimentos de Outorga de Uso de Recursos Hídricos e de Licenciamento Ambiental. A Sra. Célia Poeta (SMA), coordenadora do GT, iniciou relatando a intenção do grupo em ter finalizado a proposta de resolução para encaminhamento à CTPOAR nessa reunião, contudo haviam sido percebidas necessidades de aprimoramento do texto. Referindo-se à última reunião do GT comentou que estiveram presentes 5 Estados (SP, RO, TO, RN, PE), o CONAMA e a SQA/MMA, num total de 19 técnicos. Ressaltou que os pontos mais polêmicos foram concluídos e que o próximo foco de discussão seria mais de forma e não de conteúdo. Falou dos comentários enviados pela Conselheira Patrícia Boson, que solicitou a palavra e apresentou suas dúvidas referentes a necessidade de integração considerando as interfaces existentes entre os sistemas, mas que não se sentia a vontade para estar abordando o tema licenciamento, em uma proposta de resolução do CNRH, considerando que esse Conselho não poderia apresentar regras sobre o licenciamento. Por tanto questionou que talvez o encaminhamento deveria ser através de uma moção recomendando o texto da proposta de resolução como um decreto ou portaria. A Sra. Leila lembrou que o CONAMA foi convidado a participar das discussões, mas que o CNRH não o havia sido quando a discussão do assunto estava no âmbito do CONAMA. Sugeriu que para minimizar esses impasses que se buscasse uma agenda comum entre os Conselhos do MMA. Concordou em marcar uma audiência no MMA para discussão do encaminhamento, já que a proposta de resolução não poderia ser conjunta. A Sra. Célia lembrou que a Sra. Patrícia apresentou o mesmo posicionamento quando o assunto estava em discussão no CONAMA. Ressaltou a oportunidade de discussão do assunto com os órgãos gestores estaduais no CNRH e que o GT possuía caráter técnico, não sendo a instância para resolver problema jurídico. Disse que talvez essa fosse a chance de tentar induzir a integração dos dois Conselhos. Finalizou relembando a intenção do GT em se reunir em MG, mas com a presença da CT. O Sr. Roberto informou que as portarias atualmente são

400 utilizadas para indicação de procedimentos internos. Lembrou que a proposta de  
401 resolução poderia fazer referência a outras Resoluções ou Leis já existentes, e assim  
402 restringir, na proposta, a outorga e seus momentos no âmbito do licenciamento  
403 ambiental. A Sra. Leila lembrou que a Resolução CONAMA nº 277, que trata de  
404 licenciamento para projetos de irrigação apresentava a outorga como pré-requisito, o  
405 que não havia representado problema. O Sr. Dário (DNPM) também lembrou da  
406 Resolução CONAMA nº 09 que interferiu no Código de Mineração. A Sra. Célia comentou  
407 que a proposta de resolução em discussão embora aparentasse uma troca de  
408 documentos, estaria também induzindo uma análise compartilhada. A Sra. Patrícia disse  
409 que deveria ser colocada a integração como um dos outros instrumentos da Política dos  
410 Estados e da União. Lembrou que a integração desejável seria de instituições e não de  
411 pessoas e restaurou sua proposta inicial de envio de moção indicando também a  
412 necessidade de integrar os dois Conselhos. Finalizada a discussão desse item de pauta,  
413 passou-se para o **Item IV** (manhã) - Análise do Of. Circ. CTIL nº 24/2004, que solicita  
414 subsídios pra os debates referentes à criação da Câmara Técnica de Gestão Integrada  
415 Costeira. O Sr. Sebastião (Relator CTAS – SRH/MMA) relatando o tema fez a leitura do  
416 Ofício; lembrou que essa câmara seria a décima do CNRH, contabilizando o número  
417 máximo previsto no Regimento Interno do CNRH, podendo obstaculizar a criação de  
418 outras CTs; informou que durante a Oficina de Trabalho do GT da CTIL, ocorrida nos dia  
419 01 e 02 de setembro, o grupo foi favorável pela criação. Ponderou que seria importante  
420 um relato dos resultados da oficina. A Sra. Leila disse que os planos de bacia deveriam  
421 ter um capítulo específico sobre o tema. O Sr. Roberto lembrou da existência dos  
422 colegiados costeiros, que possuem poder de indução e que a criação da CT seria mais um  
423 mecanismo para a articulação de todos os envolvidos. A Sra. Patrícia questionou a  
424 criação de CTs específicas para outros biomas, como o semi-árido, o Pantanal e a  
425 Floresta Amazônica. Informou que a CTCOB encaminhou proposta contrária à criação da  
426 CT, contudo sugerindo que o assunto fosse discutido em GTs permanentes para esses  
427 biomas, no âmbito da CTPNRH. A Sra. Leila ponderou que tanta especificidade poderia  
428 agir desintegrando e que a proposta da CTCOB parecia interessante, principalmente por  
429 não finalizar o número de CTs. O Sr. Roberto sugeriu que fosse solicitada a presença do  
430 Sr. Luiz Cláudio (SRH/MMA), que participou da Oficina, para um breve relato sobre os  
431 resultados da mesma, o que foi acatado por todos. Assim a plenária passou para  
432 discussão do próximo item de pauta. **Item IV** (tarde) Continuidade da análise, (Versão  
433 02), da proposta de resolução que estabelece diretrizes para o Plano de Utilização da  
434 Água na Mineração, conforme previsto na Resolução CNRH nº 29, de 11 de dezembro de  
435 2002. O Sr. Dário introduziu o assunto a partir de um histórico das reuniões anteriores,  
436 sempre lembrando do esvaziamento do GT e da solicitação de auxílio para elaboração da  
437 proposta. A Sra. Patrícia disse que a Resolução CNRH nº 29 possui um caráter orientativo  
438 e não determinativo e que a intenção atual seria definir limites para determinação dos  
439 empreendimentos que necessitariam de Plano de Utilização da Água, caso contrário não  
440 necessitaria de uma proposta de resolução. A plenária se manifestou restaurando a  
441 intenção de cortes a partir dos portes dos empreendimentos considerando o impacto nos  
442 recursos hídricos e não uma classificação. Nesse momento a Sra. Raquel (SRH/MMA)  
443 lembrou aos membros da CTPOAR, com a leitura das linhas 307 à 321 da ata da 36ª  
444 reunião, que na última reunião ficou acordado que existiriam as definições de porte, mas  
445 que esse ponto estaria sendo discutido posteriormente e, por isso, não havia definições  
446 de porte na proposta de resolução disponibilizada. Diante dos esclarecimentos a Sra.  
447 Maria de Lordes solicitou que fosse colocado na proposta de resolução um indicativo  
448 informando o aguardo de sugestões para definições de portes de empreendimentos.  
449 Nesse momento a Sra. Leila sugeriu que não fosse analisada a proposta de resolução  
450 nesta reunião, devido ao desgaste de todos e o adiantado da hora, considerando que  
451 ainda estaria sendo concluída a análise do item IV (manhã) da pauta. Assim solicitou que  
452 todos encaminhassem contribuições a proposta de resolução a ser apreciada na próxima  
453 reunião, prevista para dois dias (indicativo 28 e 29/10). No primeiro dia, pela manhã,  
454 ocorreria a reunião do GT Integração, à tarde, com a presença dos membros do GT,  
455 representantes de estados, e dos técnicos Leila, Maria de Lourdes, Leonardo Mitre, Célia  
456 Fróes, Roberto Monteiro e Célia Poeta, estaria sendo discutida a proposta de resolução



457 que trata do Plano de Utilização da Água e no dia seguinte ocorreria a reunião da CT  
458 propriamente dita. Com a chegada do Sr. Luiz Cláudio foi reiniciada a discussão do item  
459 IV (manhã), que iniciou seu relato informando dos resultados ocorridos na oficina de  
460 trabalho realizada nos dias 01 e 02 setembro, com a presença de representantes dos  
461 estados do RS, SP e SC, além da GERCO/MMA, CIRM/Marinha e SPU/Planejamento e  
462 quando se tentou construir um debate considerando soluções específicas. Informou que  
463 foram produzidos 3 documentos (Proposta de resolução, Justificativas, e Documento de  
464 encaminhamento à CTIL). Disse que durante as discussões foi levantada a questões de  
465 biomas, mas que foi evidenciado que a zona costeira não seria um único bioma, mas  
466 envolveria diversos; que todas as CTs possuem caráter abrangente, menos a CTGRHT  
467 que seria mais específico, assim mais parecida com a CT de zona costeira; que a Lei nº  
468 9433/97 e o Plano Nacional de Recursos Hídricos citam a zona costeira, e que a nova CT  
469 procuraria viabilizar a integração das duas gestões, recursos hídricos e costeira. Foi lida a  
470 proposta de resolução, bem como as justificativas e as conclusões do evento. A Sra. Leila  
471 considerou a importância que o tema fosse abordado nos Planos de Bacias dos Estados, a  
472 partir da articulação das gestões. A Sra. Vera lembrou que o gerenciamento costeiro  
473 seria municipal e a gestão de recursos hídricos acontece por bacia. Informou que no  
474 Estado do Rio Grande do Norte, para melhorar a gestão nessas áreas, foi feita a  
475 delimitação de bacias difusas. O Sr. Roberto lembrou o problema de descarga de  
476 efluentes no mar; as zonas de fronteira que terão que ser tratadas em conjunto, sendo o  
477 mar uma fronteira no uso de ecossistemas; a correlação do transporte e do acesso ao  
478 mar; da carcinocultura e da população que vive nessas áreas. A Sra. Leane (SANEPAR)  
479 comentou que após a leitura dos documentos e os comentários do Sr. Luiz Cláudio,  
480 mudou sua opinião, apoiando a criação da CT, mas que se preocupava com a  
481 possibilidade de uma outra instância se ocupando da gestão costeira, e ressaltou a  
482 importância da participação do setor saneamento. A Sra. Leila disse não ser contrária a  
483 criação da CT, mas que efetivamente a gestão costeira deveria estar contemplada nos  
484 planos de recursos hídricos de bacias e as políticas nos planos estaduais e nacional  
485 considerando que essa região deveria ter um tratamento diferenciado, devido a sua  
486 especificidade; da importância de se aplicar os instrumentos da Política Nacional de  
487 Recursos Hídricos na região costeira, mas que deverão ser particularizados, assim  
488 enriquecendo o gerenciamento, não desintegrando. Questionou qual seriam os produtos  
489 dessa nova CT, pois por sua análise essa seria uma CT de integração trabalhando sempre  
490 em conjunto com as demais. O Sr. Roberto lembrou que nessas regiões a gestão seria  
491 muito mais territorial do que de recursos hídricos. Após questionamentos referentes à  
492 composição dessa CT, o Sr. Roberto explicou que para a composição, os pleitos de  
493 interesse de participação são analisados pela CTIL, conforme Regimento Interno do  
494 CNRH. O Sr. João Carlos (MCidades) fez uma reflexão referente ao macro processo a  
495 partir das funções dessa CT e não da sua função finalística, em comparação com a  
496 CTGRHT, que possui objetivo específico e que a nova CT teria função de apoio, condução,  
497 sendo o tema transversal a outras CTs e Comitês, e que devido às particularidades e à  
498 concentração da população nessas áreas o MCidades teria que ser integrante dessa CT. O  
499 Sr. Luiz Cláudio relatou que a GERCO apresentou resistência quanto à criação da CT,  
500 considerando sua composição com a participação de governo e sociedade. Também  
501 comentou que a questão de governabilidade foi colocada pelo representante do Ministério  
502 das Cidades na CTIL. Finalizadas as discussões o encaminhamento foi de solicitar que o  
503 Sr. Luiz Cláudio apresentasse as ponderações da CTPOAR referentes ao tema, mas que a  
504 mesma não se posicionava contrária a criação da CT. Aproveitando a presença do Sr.  
505 Luiz Cláudio, a Sra. Leila sugeriu apresentação referente à renovação da outorga do  
506 Sistema Cantareira, para a plenária do CNRH, como uma experiência de gestão que  
507 envolveu dois Estados, dois Comitês de Bacias Estaduais e um Federal, três Órgãos  
508 Gestores (DAEE, ANA e IGAM), enfim o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos  
509 Hídricos. Posteriormente seria realizada uma apresentação dos aspectos técnicos na  
510 CTPOAR. Finalizando, solicitou que os artigos referentes ao tema outorga, no PL 1616,  
511 fossem encaminhados a CTPOAR para análise, considerando que mais de 40% do PL  
512 refere-se a tal instrumento. Para tanto o Sr. Luiz Cláudio solicitou o encaminhamento de  
513 um e-mail à Secretaria Executiva, para formalização da solicitação. A Sra. Leila encerrou

514 os trabalhos da 37ª Reunião da CTPOAR às 17h15 agradecendo a presença de todos, e  
515 ratificando a necessidade de participação para análise da proposta de resolução do Plano  
516 de Utilização da Água na Mineração.

517

518 Ata aprovada na 38ª reunião, realizada em 26 de outubro de 2004.

519

520 LEILA DE CARVALHO GOMES

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA

521 Presidente

Relatora